

# O LIXÃO DE BRASÍLIA

O esforço para fechar o último grande depósito descontrolado de lixo das Américas

por Raimundo Rodrigues Pereira

colaborou Antônio Carlos Queiroz fotos Luiz Antonio Ribeiro

## 1. UMA CENA DE HORROR

É terça-feira, 21 de julho de 2015, e estamos em Brasília, a dez quilômetros do Palácio do Planalto, numa das áreas do topo do Lixão, uma montanha artificial com até 70 metros de altura que a Justiça quer interditar desde 30 de agosto de 1996. É noite, o céu está claro, mas não há iluminação própria no local, a não ser a luz das enormes carretas que trazem o lixo de quando em quando e de um trator que circula nesse platô para espalhar, compactar e enterrar as cargas recém-chegadas. Observando-se mais de perto, no entanto, há dezenas de pequenos focos luminosos que se movem de forma coordenada com os movimentos da carreta e do trator, numa espécie de horrendo bailado.

Uma carreta chega. Um gari, de blusa laranja luminescente, a orienta com sinais de uma lanterna. A carreta faz um giro como se fosse voltar, mas para. A caçamba com a carga é basculante: sua tampa de trás se abre, a parte dianteira se eleva. A carreta sai; de início, lentamente. Acelera depois de desovar uma espécie de pirâmide de sacos de lixo. E, nem bem esse monte se forma, sobre ele se lançam cerca de 60 pessoas. Todas estão cobertas por uma espécie de uniforme de andrajos, dos pés à cabeça, na qual se destaca uma pequena lâmpada presa à testa por um colar. Cada uma tem, na mão esquerda, um saco enorme. Com a direita, vão apalpando o lixo para adivinhar seu conteúdo e evitar abrir os sacos com restos de comida. Os outros elas rasgam, examinam e

catam o mais rapidamente possível e jogam nos “begues” (do inglês *bag*), como dizem numa espécie de jargão. Estão interessadas nas “sedas”, os invólucros de plásticos mais finos; nas “mangabas”, de plásticos mais duros como os dos detergentes; no papelão, no papel branco; nas latinhas de cerveja ou refrigerante; em sucatas de metais diversos – tudo que tem, como elas sabem, preço no mercado, que pode ser vendido, mesmo aqui e agora, à noite, no platô.

O cheiro ruim no ar parece não incomodar ninguém. A atenção de todos está dividida entre duas outras coisas: a caça aos tesouros do lixo e o trator, que parece travar com eles uma disputa. Em minutos, a máquina começa a emitir um bip-bip estridente, aviso de que manobra em torno do monte recém-formado para cumprir sua tarefa básica: iniciar o aterramento do lixo, alheia ao fato de muitos catadores ainda não terem terminado a primeira coleta. O trator pode mais: tem cerca de 5 mil quilos; as pessoas, em geral, menos de 80. Os catadores são rápidos. Antes mesmo de o trator se posicionar e abaixar a lâmina dianteira com a qual vai empurrar e aplainar a fatia mais alta do monte, eles deixam a colheita inacabada no monte inicial, no qual estão muitos sacos ainda fechados, e se posicionam com a mão direita numa grade da traseira do trator que se move. Assim, delimitam a faixa na qual vão fazer nova colheita, no rastro do avanço da máquina que desmancha e expõe as entranhas dos sacos e seus tesouros.



O trator vai e vem. Mas não vem como vai: parece querer dar conta de seu trabalho rapidamente; o tratorista não perde tempo, não manobra a máquina para ela fazer um giro e voltar – ela e ele, de frente para o caminho, a fim de não esmagar alguém da turba que trabalha. O tratorista apenas gira o pescoço a 90 graus, para poder vislumbrar a rota de volta. E voltam, a máquina e ele, de costas para os catadores, que descem do monte de lixo recém- aplainado e saem correndo, para, de novo, marcar posição atrás do trator e começar a nova “coleta seletiva”, digamos assim, provisoriamente.

Há uma enorme tensão nesse trabalho, diz Elias Viana, 30 anos, catador por nove deles, que hoje faz parte do grupo que auxilia a supervisão do trabalho no local e acompanha



o repórter na cena acima descrita. “É preciso estar muito atento. Sempre pode acontecer um imprevisto. Na semana retrasada um rapaz enrolou o pé numa mangueira que grudou na esteira do trator e foi arrastado para cima da esteira junto com a mangueira. Por sorte, não se machucou muito.” À noite, o tratorista tem uma visão limitada e é quando ocorre o maior número de acidentes. Quem tem experiência acompanha o trator pelos diferentes tons de seu barulho, de ouvido, diz Viana ao repórter. Ele viu um amigo ser esmagado, do quadril para baixo, por uma das esteiras do trator, e morrer ao seu lado em meia hora. Uma catadora, esmagada pelo trator no início deste ano, tinha experiência, mas passou um ano fora e catava lixo com fone de ouvido quando voltou,

relembra Viana. Foram dois acidentes fatais no Lixão no semestre, uma cifra – por mil catadores, por ano – mais de 30 vezes superior à média de mortes num dos piores locais de trabalho do mundo: as minas de carvão chinesas e americanas.

Nossa história é motivada pela decisão do governo de Rodrigo Rollemberg, do PSB, de fechar, no ano que vem, o Lixão de Brasília, o último grande depósito descontrolado de lixo das Américas. O governo anterior, de Agnelo Queiroz, do PT, tinha decidido fazer o mesmo, tendo chegado a publicar um decreto com essa decisão no final de seu primeiro ano de mandato. Porém, mudou de rumo e resolveu tentar aprovar um contrato de 11,7 bilhões de reais para entregar, por 30 anos prorrogáveis por mais

cinco, a gestão dos resíduos sólidos de Brasília a uma empresa, através de uma parceria público-privada (PPP). A PPP foi derrotada por uma frente ampla da qual Rollemberg participou. Hoje, a situação é outra. O fechamento do Lixão resolve um problema grave, mas fecha centenas de postos de trabalho, com repercussão direta sobre a Cidade Estrutural, construída em seu entorno. O que fazer?

Iremos por partes. Nos blocos 2 e 3, trataremos das questões mais relacionadas com o meio ambiente, para as quais a solução apresentada – o fechamento do Lixão e a construção de um aterro sanitário moderno numa grande área pública existente às margens do rio Melchior, no sudoeste de Brasília – parece, acima de qualquer dúvida, razoável. ►

## 2. A PLUMA DO CHORUME

**O**Lixão tem uma área de 200 hectares, o equivalente a um retângulo de um por dois quilômetros. Está no noroeste do Distrito Federal (DF) e do Plano Piloto, sua área urbana mais rica. É vizinho da cadeia de morros que separa as águas dos córregos e nascentes que correm para formar o lago Paranoá por sua entrada norte das que correm para a sua entrada sul, perto do aeroporto Juscelino Kubitschek. O Paranoá é como um cartão-postal de Brasília. Suas águas são de usos múltiplos – podem, por exemplo, fornecer 4% do total de energia elétrica consumida no DF e, com isso, garantir o funcionamento dos edifícios essenciais da administração pública em caso de emergência. Hoje, são usadas principalmente para a recreação, mas em dois ou três anos devem servir para abastecimento da população, ou seja, obedecer a padrões de qualidade mais altos. A longo prazo, o Lixão é uma ameaça a essas águas, sabe-se há tempos.

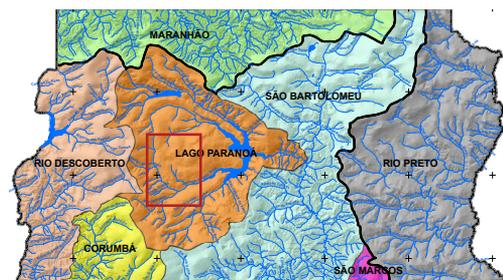
A entrada das águas pelo norte do Paranoá está relativamente protegida. Seus muitos riachos correm pelo Parque Nacional, uma área de 40 mil hectares considerada de proteção ambiental integral, onde ficam as piscinas naturais da chamada Água Mineral, um parque recreativo muito frequentado pelos brasileiros. No dia 9 de setembro de 2011, por decisão judicial, uma área equivalente a 20 hectares do Lixão, contígua ao parque, foi interditada com uma cerca e nela não se depositou mais lixo a partir de então.

As águas que correm para a entrada sul do Paranoá são parte de outro tipo de problema. Nos planos das primeiras décadas após a criação de Brasília, as áreas às margens dos córregos desse estuário sul, da fronteira do Parque Nacional até o Paranoá, seriam protegidas por matas ciliares, nas áreas mais próximas, e por hortas, destinadas a abastecer a população da cidade, numa faixa a cerca de mil metros dos dois lados das águas. O Distrito Federal não é a cidade de São Paulo, a despeito de suas áreas urbanas terem a característica comum de estar situadas perto de nascentes de rios, onde eles têm pouca vazão. Em São Paulo, visíveis, embora transformados em esgotos, restam três rios maiores: o Tietê, o Pinheiros e o Tamanduateí. Os córregos e riachos

desapareceram, estão engatados na rede de esgoto, foram entubados, morreram, e é difícil imaginar que ressuscitem como se pretende fazer com todos os rios que cortam as grandes cidades da Europa. No DF, não. Isso pode ser visto, por exemplo, na imagem da página ao lado, do estuário, cujas cabeceiras estão perto do Lixão e desembocam no Paranoá sul. As águas do Valo e do Cana do Reino; as do Vicente Pires, que eles formam; de seus afluentes de nomes simpáticos – Água Clara, Vereda da Cruz, Arniqueira; as do Guará e do Riacho Fundo, que as engrossam já na boca do Lago Sul, não são lá uma maravilha como as das piscinas da Água Mineral, mas são visíveis. Os riachos estão todos vivos, como pode constatar qualquer repórter mais empenhado.

Sua proteção verde e a qualidade de suas águas são outra história. As hortas e chácaras só existem praticamente em torno de parte do Cabeceira do Valo. Seu Wilson, por exemplo, tem uma delas. Mineiro, há 20 anos em Brasília, comprou a posse, de cinco hectares e meio, de uma pessoa que a tinha invadido. Ali cultivava uma horta, tem um lago onde cria peixes para abastecimento próprio e emprega cinco pessoas. Mostra ao repórter um certificado da Emater–DF, a empresa estatal de atendimento aos agricultores da região, que atesta o comparecimento a seus cursos. Nos dias anteriores, os noticiosos da TV local tinham destacado um derramamento de chorume do Lixão para a área das chácaras. Seu Wilson diz que isso acontece regularmente: a TV notícia, há um clima de escândalo, mas ele passa e a verdade, diz, é que a água do Cabeceira do Valo é uma das melhores de Brasília.

Por coincidência, no dia seguinte, o repórter encontra uma equipe de dois funcionários da Emater que está recolhendo amostras de verduras de outra chácara, bem próxima ao Lixão, para medir os efeitos do derrame de chorume. Depois, na Emater, um deles, Rogério Viana, explica que o chorume é um resíduo escuro da fermentação da parte orgânica do lixo. Ele se infiltra no solo ao longo de anos, a profundidades cada vez maiores. Devido à presença de metais como mercúrio e chumbo, além de outros contaminantes perigosos, o chorume do Lixão pode criar muitos



Na imagem acima, as bacias hidrográficas dos rios do DF: Preto, Maranhão, Descoberto, São Marcos, Corumbá, São Bartolomeu – e a de seu afluente Paranoá, o qual, barrado, deu origem ao lago do mesmo nome. No detalhe ampliado, na página ao lado, os córregos da sub-bacia do Paranoá, que nasce perto do Lixão e corre para a entrada sul do lago

problemas. Viana não pesquisava isso quando o repórter o encontrou, diz. Pesquisava folhosas, verduras como a alface, a rúcula e outras, que são comidas cruas e poderiam ter se contaminado em contato superficial com o chorume derramado. Não é a primeira vez que a pesquisa é feita, ele diz. São colhidas amostras de folhosas e hortaliças em geral em vários pontos das margens do córrego. Os resultados da pesquisa atual serão divulgados mais tarde, quando estiverem prontos outros, de análise do solo, também feitos pelo mesmo motivo da contaminação superficial por chorume, diz. Viana não parece muito preocupado, no entanto. Uma grande pesquisa realizada em 2011 mostrou que, do ponto de vista desses cultivos apoiados nas águas superficiais das margens do Valo, o Lixão não representa um grande problema, diz ele. O repórter vai ouvir, porém, outro depoimento, bem mais preocupante.

É o de Camila Campos, bióloga da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa). Em 2013, liderando um grupo com mais quatro pesquisadores, Camila fez um estudo sobre a contaminação das águas próximas do Valo pelo Lixão. Ela diz em seu trabalho que o Distrito Federal tem poucas águas superficiais, devido ao fato de estar localizado em um dos pontos mais altos do Brasil, o Planalto Central, onde estão nascentes de águas que formam grandes bacias hidrográficas do País, como as do São Francisco, do Tocantins–Araguaia e do Paraná. Daí a necessidade de estudar não só essas ►

Córr. Cabecreira do Vale

Área do Lixão

CIDADE ESTRUTURAL

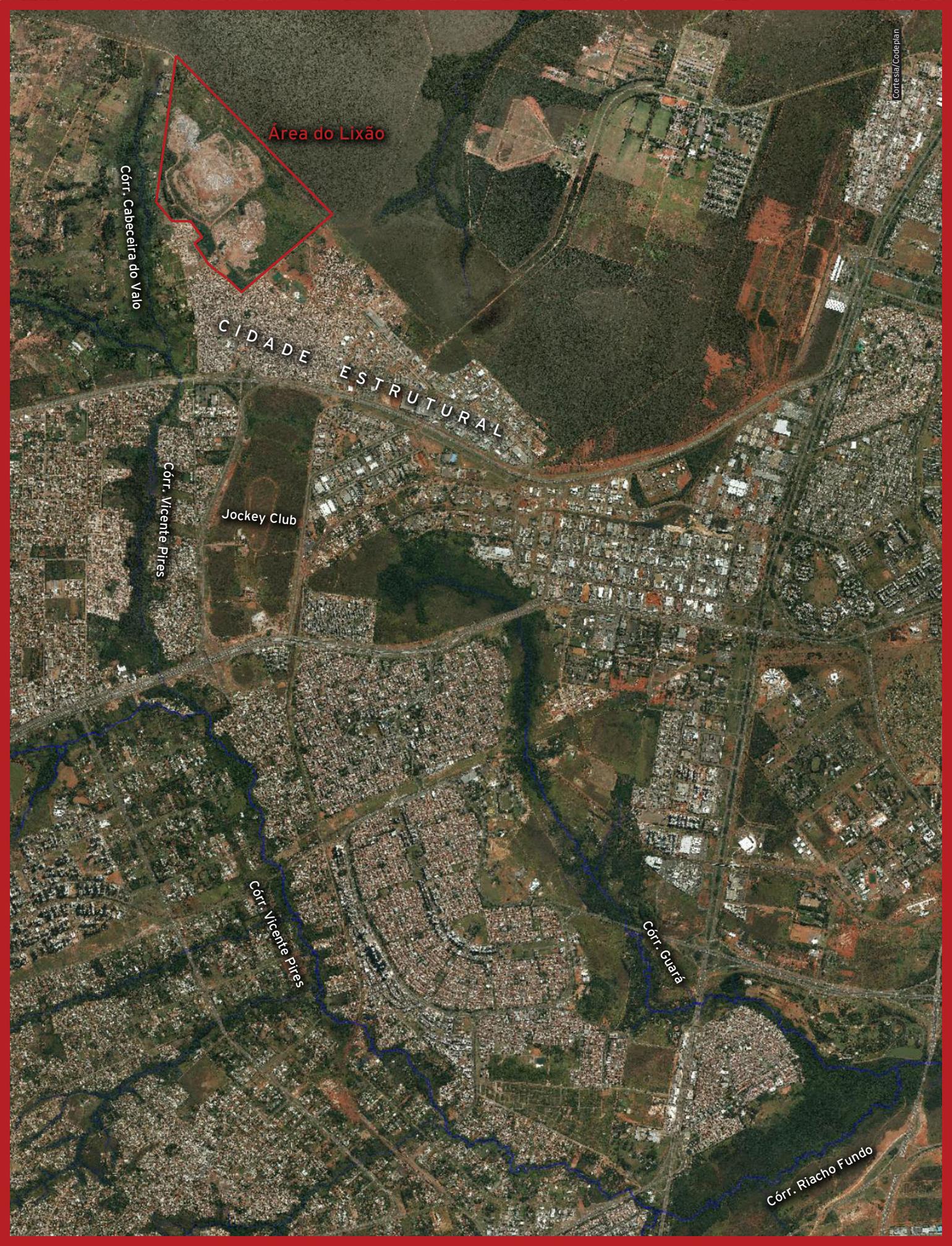
Córr. Vicente Pires

Jockey Club

Córr. Vicente Pires

Córr. Guará

Córr. Riacho Fundo



águas, mas também a qualidade das águas subterrâneas, as quais, com o crescimento da ocupação urbana de Brasília, especialmente com os condomínios criados a partir dos anos 1980, estão sendo cada vez mais usadas. Para o estudo que conduziu, Camila comparou as águas de dois poços do Cabeceiras do Valo próximos do Lixão, um com 30 e outro com 78 metros de profundidade, com as de poços semelhantes em outras três áreas do DF, em regiões sem esse tipo de ameaça. Os poços das vizinhanças do Lixão são, disparado, os que têm os maiores índices de contaminação. Não se trata da contaminação por esgoto: não foi encontrada a presença da *Escherichia coli*, a bactéria que geralmente indica esse tipo de poluição da água, mas os níveis de condutividade da água, que indica a presença de metais, foram altos. Muito acima – mais de dez vezes maiores – dos níveis considerados normais. “O chorume se infiltra no solo num processo demorado, mas que atinge os lençóis de águas mais profundas”, diz Camila. O Lixão pode ser fechado, mas

o avanço do que ela chama de a “pluma do chorume”, sua migração subterrânea, continuará. E a medição desse avanço, que não é simples, diz ela, deve ser feita, devido à importância cada vez maior dessas águas para o abastecimento do DF

O repórter ainda conversa com Camila sobre o rio Melchior, em cujas margens está sendo construído o Aterro Sanitário Oeste (ASO), cuja inauguração pretende encerrar a novela do Lixão. Tinha estado dias antes na área do aterro, onde estão também duas estações de tratamento de esgoto (ETEs), a Melchior e a Samambaia. Andou pelas margens da mata ciliar do córrego Gatumé, que corre paralelamente ao terreno das ETEs e mergulha no Melchior a partir de uma cascata. Ficou entusiasmado com a vista do vale do Melchior, de baixo para cima, verde, com riachos descendo de encostas no alto das quais se veem os limites dos grandes aglomerados urbanos do DF, Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Camila jogou água fria no seu entusiasmo. “Pobre Melchior”, ela disse.

### 3. O POBRE MELCHIOR, NA CLASSE 4

Se a contaminação das águas superficiais ao longo do Cabeceiras do Valo é pequena, logo a seguir, no Vicente Pires, ela é grande. As chácaras e, em vários pontos, mesmo a estreita mata ciliar existente foram invadidas e transformadas em uma sequência de condomínios fechados. Mesmo gente piedosa fez isso. A igreja evangélica Sara Nossa Terra construiu ali, em quase um hectare – 9,5 mil metros quadrados – e sem ter a escritura do terreno, como confessa um administrador da área ouvido pelo repórter, um centro de eventos e celebrações. A Caesb, a companhia de água, esgotamento sanitário e saneamento básico de Brasília, construiu nos últimos anos uma rede para coletar o esgoto dessa invasão mais rica e está concluindo uma estação para o seu tratamento na parte mais baixa do córrego, logo após a área urbanizada. Atualmente os moradores obtêm água através de poços artesianos. E, para o esgotamento sanitário, utilizam fossas e sumidouros. Evidentemente, tanto a captação como o esgotamento são precários. Num mapa do governo do DF (GDF), toda a área desde a Cidade Estrutural, passando por Vicente Pires, Guará, Águas Claras, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, núcleos urbanos situa-

dos em torno dos principais córregos do conjunto de águas que correm para a ponta sul do Paranoá, aparece como tendo alto risco de contaminação.

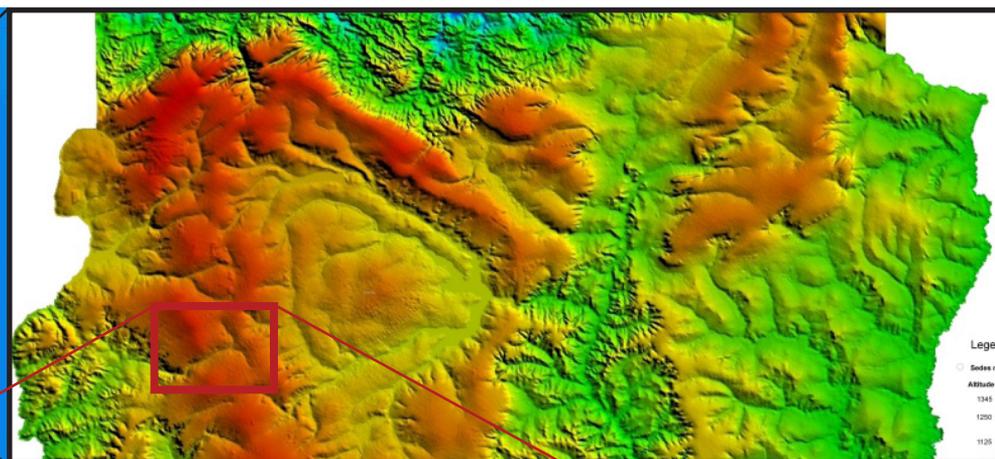
O repórter vai à Caesb para uma avaliação técnica da situação. Quer saber duas coisas, basicamente. Uma, o Paranoá pode ser, em breve, usado para garantir as crescentes necessidades de água da capital da República, já abalada por mais tantas dificuldades? A outra: por que a Camila, da Adasa, chama o simpático Melchior, cujo vale este repórter tanto admirou, de “pobre Melchior”? Uma tríade de engenheiros da empresa – Raquel Brostel, Ricardo Moreira e Neiva Azzolin – responde às duas questões.

Sim, dentro de dois ou três anos as águas do Paranoá poderão ser captadas para consumo humano. Sim, o Melchior há tempos foi escolhido como a melhor saída para carregar as águas das duas estações de tratamento de esgoto dos maiores núcleos urbanos do DF, e o aterro novo foi localizado perto dessas estações para que o chorume, que se desprenderá dele ao longo de décadas, seja mais facilmente levado para ser tratado nelas. Assim, o Melchior, coitado, recebe, mesmo que indiretamente, mais uma grande tarefa.

O repórter sai convencido pelas informações apresentadas. A Caesb mede diariamente a qualidade das águas em todo o DF. São recolhidos e analisados milhares de amostras por mês. O sistema de abastecimento de água é garantido atualmente por duas grandes represas. A maior delas, a do Descoberto, a oeste, fica na divisa do DF com Goiás, e a menor, a de Santa Maria, a noroeste, está dentro do Parque Nacional. O Paranoá, no final dos anos 1980, sofreu da chamada eutrofização, começou a exalar um mau cheiro que deu até manchete de jornal: “Brasília fede”. Para resolver o problema, as duas estações de tratamento de esgoto que chegam ao lago foram elevadas de secundárias para terciárias, o que, na linguagem técnica do setor, significa que foram aparelhadas com melhores equipamentos para captar os poluentes.

A Caesb colhe regularmente amostras das águas do lago em três dúzias de pontos, para medir a sua balneabilidade. Simplificadamente, para saber se elas não têm, especialmente, coliformes fecais vindos de esgotos lançados clandestinamente e, portanto, podem ser usadas por banhistas. A captação de águas no Paranoá para consumo humano já obteve dos órgãos competentes a outorga – a cessão do direito de uso – e a licença ambiental – a avaliação de impacto sobre o meio ambiente. A captação será realizada dentro de dois a três anos, perto da barragem que forma a represa. Estará, portanto, dizem os técnicos da Caesb ao repórter, bem longe dos pontos de lançamento das águas de esgotos tratados nas suas duas ETEs atuais, próximas às entradas norte e sul da represa.

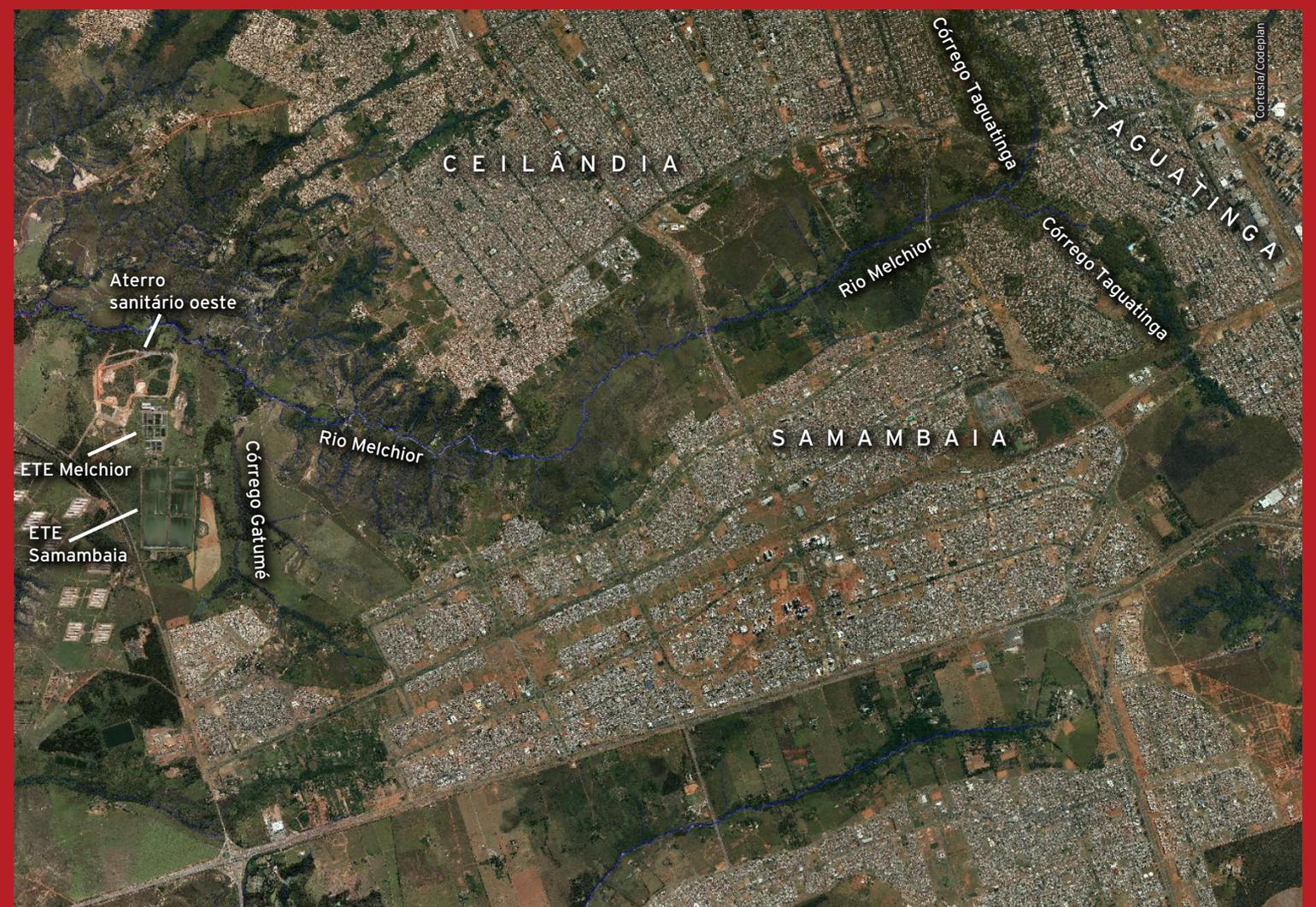
Quanto ao Melchior, no final do ano passado, o Conselho de Recursos Hídricos do DF completou uma avaliação dos diversos cursos de água da região e o colocou na classe 4, a pior da classificação. Nas suas margens estão as duas ETEs já citadas: a Samambaia, mais antiga, de 1996, e a Melchior, inaugurada em 2005. Elas tratam a maior carga de esgotos do DF: de Ceilândia (mais de 400 mil habitantes), Taguatinga (cerca de 250 mil), Samambaia (cerca de 200 mil) e parte dos de Águas Claras (um paliteiro de edifícios com cerca de 120 mil habitantes). Além disso, Ceilândia não para de crescer. É a cidade na qual foram alojados os milhares de candangos que sobraram do plano inicial de fazer uma cidade para todas as classes e camadas sociais no Plano Piloto. CEI significou ►



## DE BRASÍLIA PARA O BRASIL

No alto, à esquerda, o DF é a mancha avermelhada. Suas águas se dispersam pelo País: para o norte, pela bacia do Araguaia-Tocantins; para o nordeste, pela do São Francisco; e para o sul, pela do Paraná. Na imagem à direita destaca-se a bacia do Paranoá. Seus montes mais altos, a 1.345 metros acima do nível do mar, estão em tons avermelhados mais

escuros; em amarelo, a cerca de 1.000 metros, ficam os fundos dos vales de seus córregos e do lago. É uma bacia inclinada para a direita: a saída das águas fica a leste - em tons verdes, a 875 metros. O esgotamento sanitário da capital da República se faz, na sua maior parte, a oeste, pela bacia do Taguatinga-Melchior (abaixo), com profundidades maiores - em azul escuro, a 750 metros do nível do mar.



inicialmente Campanha de Erradicação de Invasões. Hoje, ao lado de Ceilândia, está a favela Sol Nascente, uma das maiores do País. Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tinha 56,5 mil moradores; atualmente, segundo líderes comunitários, seriam 110 mil.

Com o tratamento do chorume do ASO, a tarefa nas duas estações se tor-

nará mais pesada, com certeza. Na linguagem dos técnicos da Caesb: mede-se o tratamento de esgotos pela demanda bioquímica de oxigênio (dbo); para tratar um litro de esgoto, a dbo é de 350 miligramas; para um litro de chorume, é de 40 mil miligramas, cerca de cem vezes mais. Ou seja, como disse Camila: pobre Melchior.

outros que estão a seu lado. Com certo esforço, porém, é apagado.

O Lixão de Brasília, como se vê, é também uma bagunça. O horror da briga desigual entre os tratores do aterramento do lixo e os catadores é uma parte dela, outra decorre do fato de o Lixão ser um espaço público, mas diversos intermediários na compra e venda do lixo terem ali barraquinhas e mesmo equipamentos mais pesados, como prensas, esteira, caminhões, sem pagar nada, nem mesmo pela eletricidade que consomem. Grande parte dos catadores vive, como se diz, da mão para a boca: vende sua produção no alto do Lixão, trabalha quando precisa e recebe na hora. Mas, é claro, não consegue carregar um begue cheio do alto daquela montanha para os compradores, nos pátios de baixo.

Como se sabe, há tempos, na época da grande indústria e do grande comércio, o valor do trabalho humano é devolvido ao trabalhador na forma do dinheiro suficiente para garantir a sua reprodução como força de trabalho. Mas não diretamente: as latinhas de alumínio que o catador Ávila mostra a Kátia voltam ao mercado como lata de cerveja ou refrigerante depois de um longo processo, no qual entram diversos intermediários. Quando se completa uma carga de begues, os compradores mandam seus caminhões para buscá-la e levá-la para seus dois pátios perto da entrada do Lixão, onde selecionam melhor, limpam e compactam o material em fardos, que

#### 4. ALÉM DO HORROR, A BAGUNÇA

**E** domingo, 2 de agosto, cerca de meio-dia e o repórter acompanha Kátia Campos, a diretora-geral do SLU, o serviço de limpeza urbana do GDF. Ela está numa das áreas do Lixão que recebem parte da coleta seletiva feita na cidade e conversa com Roberto de Ávila, 57 anos. Kátia usa uma pequena máscara azul para se proteger da fumaça que se desprende de uma espécie de plataforma circular de uns cinco metros de altura por cerca de 20 metros de diâmetro formada por rejeitos da reciclagem que queimaram num incêndio iniciado na tarde do dia anterior. Ávila explica por que está ali e de cara limpa: “Sou meio ‘veiaco’ (velhaco)”, ele diz, mostrando que o vento está a seu favor: sopra das costas dele para os escombros. Mostra também um saco de latinhas que está tirando dos queimados com um pedaço de pau, já todo preto. Diz: “Tem muito alumínio aqui”. Ávila é aposentado como motorista na Prefeitura de Belo Horizonte. Sua renda é pouca e há dez anos ele vive como catador no Lixão.

Kátia vai em seguida ao ASO. A obra está em andamento e deverá ser operada de modo a respeitar todas as regras de segurança ambiental e do trabalho, além de permitir dar partida às operações de fechamento do Lixão ainda no segundo semestre do ano que vem. Vai para uma entrevista programada com a TV Globo. Num noticioso da emissora, o *Bom Dia, Brasil*, de duas semanas antes, uma matéria mostrara o jornalista Alexandre Garcia dizendo algo no estilo de “o lixão de Brasília é uma vergonha e alguma coisa só está sendo feita agora, depois que a Globo denunciou”. Kátia vai à entrevista para mostrar que isso não é verdade: o aterro que permitirá o fechamento do Lixão passou a ser prioridade do governo comandado por Rollemberg e está sendo tocado em ritmo acelerado. Os jornalistas

não vão à entrevista marcada e a produção do programa pede a Kátia um adiamento da gravação. Logo depois, ela percebe que levou, como se diz no futebol, uma espécie de drible da vaca. A Globo lhe disse que iria para um lado e saiu por outro: o funcionário encarregado da supervisão dos trabalhos no Lixão lhe telefona para dizer que um carro da emissora, com motorista, repórter e cinegrafista, entrou no Lixão sem autorização e sem o acompanhamento técnico que é de regra. Kátia volta ao Lixão. A Globo já se foi, mas agora o problema é outro. Há um incêndio. Um caminhão está pegando fogo num dos três locais da parte mais baixa do Lixão, reservado aos compradores dos materiais recicláveis. Em dois, eles limpam, enfardam e despacham seus produtos para serem vendidos no mercado nacional. E, no terceiro, no fim de semana, deixam os caminhões pequenos que usam para trazer o material comprado dos catadores no alto. O fogo em um desses caminhões ameaça se espalhar para

Macedo, o administrador: no mapa da cidade, ainda as marcas da invasão original



depois são transportados por caminhões e carretas com capacidades entre oito e 16 toneladas para seus consumidores finais – de um modo geral, indústrias de vários cantos do País.

Os problemas do Lixão, portanto, não se esgotam na questão ambiental e nas condições de trabalho. Pela lei federal que dispõe sobre o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, aprovada em 2010 e com quatro anos de carência para sua aplicação, desde agosto do ano passado, no Lixão só poderiam estar enterrados os rejeitos do lixo, ou seja, apenas materiais não aproveitáveis.

## 5. A CIDADE, OS CATADORES E O MERCADO

A Cidade Estrutural foi criada oficialmente, como sede da 25ª Região Administrativa (RA) do DF, em 2002. O administrador da 25ª RA hoje é Evanildo Macedo, um maranhense de 38 anos que veio para Brasília duas vezes: a primeira aos 15 anos, quando se tornou vendedor de livros e morou dois anos em casa de parentes, e a segunda aos 17, quando conseguiu um barraco, casou-se e se instalou na Estrutural. Macedo mostra ao repórter o mapa da cidade, com áreas ainda invadidas, depois do esforço inicial de regularização das posses.

A evolução do Lixão não é a mesma coisa que a evolução da Estrutural. O leitor pode ver isso nas três imagens aerofotogramétricas do DF de três décadas distintas, publicadas nesta página. Na de 1965 não existiam sinais de um Lixão. Não existiam também sinais da Estrutural, nem da chamada via Estrutural – que passa ao lado da atual cidade e é, oficialmente, a EPCL, Estrada Parque Ceilândia, construída nos anos 1970. Não existia nem sequer o Jockey Club, local para corrida de cavalos que emprestou seu nome ao Lixão, conhecido inicialmente como Lixão do Jockey. Nas duas imagens de décadas seguintes essas marcas vão aparecendo. Na de 1986 veem-se o Jockey, a EPCL e um lixão, mas da Estrutural surgem apenas sinais esparsos. Na imagem de 2013 é que a Estrutural é visível claramente. Comparando a imagem de 2013 com a de 1986, se vê que o Lixão mudou de lugar, mas não é como o atual. Foi como que empurrado mais para o noroeste.

Um relatório do SLU de janeiro deste ano apresenta alguns números sobre a evolução da população e do número de catadores na área onde é hoje a cidade. Ele diz que

Toda a reciclagem – tanto a do lixo orgânico, como restos de comida, quanto a da construção civil, bem como das sedas, mangabas e latinhas hoje coletadas pelos catadores nas condições subumanas do Lixão – deveria ser feita em locais adequados. No entanto, segundo relatório do SLU, no Lixão hoje estão sendo depositadas, por dia, 2,8 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos e, ainda, entre 6 mil e 8 mil toneladas de restos da construção civil. Na sequência de nossa história, nos blocos 5, 6 e 7, trataremos das questões mais propriamente sociais, econômicas e políticas.

“nos anos 1960” havia bem pouca gente, basicamente catadores: “cerca de 130 pessoas que ocupavam barracos construídos com restos de caixas de madeira e plásticos obtidos no lixo”. Em 1993, os catadores já seriam cerca de um terço: “foram cadastradas 393 famílias residentes na área, das quais 149 trabalhavam como catadores de materiais recicláveis”. Os números seguintes do relatório só mencionam o total das famílias: “Em 1994, o número de famílias residentes duplicou e passou para cerca de 700”. “Em 1999, foram cadastradas 3.967 famílias pela à época Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação”. De lá para cá, a população da Estrutural praticamente dobrou: seriam hoje, diz a Codeplan, o órgão de planejamento do DF, cerca de 7 mil famílias, 36 mil moradores.

Tudo indica que a população da Estrutural disparou, num processo de ocupação desordenada, a partir do final de 1994, com a eleição de Cristovam Buarque, então do PT, para governar o DF. A política local desempenhou um grande papel nesse processo. Desde 1985, o grande político de Brasília era Joaquim Roriz. Ele tinha sido o último governador escolhido pelo presidente da República e foi o primeiro a ser eleito por voto direto, em 1990, quando a escolha passou a ser feita dessa forma. Na ocasião, disputou pelo PMDB, numa coligação de partidos de centro-direita, vencendo no primeiro turno, com 55% dos votos, os candidatos do PT, Carlos Saraiva (20%), e do PSDB, Maria Abadia (14%). Em 1994, quando ainda não havia possibilidade de reeleição, Roriz apresentou como seu candidato Valmir Campelo, que ganhou a eleição no primeiro turno – com 40% dos votos, contra 37% de Buarque, pelo PT, e 20% de Maria, ►



De baixo para cima: 1) em 2013, a Cidade Estrutural de agora, 36 mil moradores; 2) em 1986, a Estrutural ainda não existia, só se vê o Lixão, numa posição diferente, mais para baixo; 3) em 1965, não existem nem o Lixão, nem a Estrutural e nem mesmo a Estrada Parque Ceilândia, hoje conhecida como Via Estrutural

pelo PSDB –, mas a perdeu no segundo. A eleição de Cristovam foi o estopim da invasão desordenada da Estrutural no final daquele ano, antes de sua posse. Um dos incentivadores da invasão foi José Edmar Cordeiro, deputado distrital de Brasília, na época já em terceiro mandato, estimulador dos movimentos por moradia em várias cidades do DF. Outro foi Luiz Estevão, que se elegeu deputado distrital naquele pleito e, quatro anos depois, na eleição na qual Cristovam foi derrotado, se elegeu senador na chapa encabeçada por Roriz como candidato ao governo (tanto Cordeiro como Estevão foram processados por Cristovam e condenados a lhe pagar indenização por danos morais anos depois).

No governo, de 1995 a 1998, Cristovam quis, por um lado, esvaziar a área onde está hoje a Estrutural, que ele achava em desacordo com o plano de organização da cidade. E, de outro, quis construir um aterro sanitário onde é hoje o Lixão, mas numa área menor e respeitando as normas legais para as condições de trabalho e o meio ambiente. Mas a situação evoluiu para outro desfecho.

Em 30 de agosto de 1996 a Justiça iniciou sua primeira ação para o fechamento do Lixão. Em julho do ano seguinte, Cristovam ordenou a remoção de 700 barracos novos que tinham sido construídos na área. A Polícia Militar (PM), encarregada da operação, foi recebida a pedradas e cumpriu sua tarefa com enormes dificuldades. A 6 de agosto de 1998, um oficial da PM foi morto a tiros na Estrutural. Dois dias depois, houve, ao que tudo indica, uma operação de revide da PM. As versões sobre esse episódio são várias. Na história contada por muitos, foi um massacre. O próprio relatório do SLU desse ano, já citado, diz que “a polícia invadiu barracos, provocando a morte de três moradores”.

Num artigo sobre o projeto do deputado Cordeiro para regularizar a Estrutural, Rovênia Amorim, do Correio Braziliense, apresentou uma cronologia da história da Estrutural com foco no período da eleição de Buarque. Em resumo, ela diz que:

- em dezembro de 1994, Roriz deixou o governo “sem remanejar 528 famílias que moram na favela”;
- em dezembro de 1995, Buarque vetou a criação da Cidade Estrutural, já aprovada pela Câmara;
- em agosto de 1998, na Operação Tornado, “de desarmamento dos moradores”, um policial militar foi morto



Edipaulo e suas seis prensas: 37 anos, 8 como catador e 11 na compra e venda

e cinco pessoas da comunidade foram “executadas”;

- em 1º de janeiro de 1999, moradores da Estrutural vão até o Palácio do Buriti comemorar a posse de Roriz e “enfileiram seis caixões”, lembrando as vítimas da Operação Tornado;

- em março de 1999, os moradores também comemoram a aprovação, pela Câmara Legislativa, do projeto do deputado Cordeiro, que cria a Vila Operária;

- em abril de 1999, Roriz veta a Vila Operária, que permitiria a criação de 2 mil lotes na Estrutural;

- em 1º de maio de 1999, Roriz vai pessoalmente explicar a decisão: o GDF conseguiria 100 milhões de reais para oferecer apartamentos de 40 a 60 metros quadrados em outras regiões, como Samambaia.

O artigo termina sugerindo que o plano deu em nada. Diz que, em junho de 1999, a companhia de eletricidade do DF, a CEB, começa a instalar postes de iluminação na Estrutural, as famílias “passam a ter energia elétrica nos barracos”, “a invasão volta a crescer” e no ano seguinte já “são mais de 5 mil famílias”. No final do mês passado o Massacre da Estrutural foi lembrado: começou o julgamento de 12 PMs que, descaracterizados, teriam cometido três homicídios, tentado executar um quarto e agredido uma quinta pessoa. Isso confirma a tese do ex-governador Buarque que denunciou uma operação clandestina na PM como responsável pela violência após a morte do policial militar.

Na Estrutural, existia um Museu do Sangue, com memórias do incidente. O

repórter visitou o que era o prédio onde ele estava. É um sobrado no centro da Estrutural ao qual se tem acesso por duas ruelas. De uma delas, no alto de uma das paredes, se vê um pano pintado, com uma cena em quatro quadros, de um homem sendo atingido, aparentemente por uma bala, e, na sequência, se vergando e caindo. O prédio está desativado há cerca de três anos. Ali eram dados cursos técnicos, diz um morador que passa. Nas escadas que dão para o piso do alto tinham sido pintadas manchas vermelhas que simbolizariam a subida do morador para seus aposentos, depois de baleado, conta o morador passante.

Na eleição de 1998, Buarque perdeu e seus três adversários – Roriz, Estevão e Cordeiro – foram eleitos. Seu programa para a desativação do Lixão e por um novo aterro foi arquivado.

O engenheiro Pedro Rennó, no SLU há 29 anos, diz que a partir de 1986 o lixo passou a ser enterrado na área da Estrutural de forma controlada. “Era aberto o que chamávamos de trincheiras, valões de cerca de 30 metros de comprimento e dois a três metros de profundidade que depois de cheios de lixo eram cobertos com a própria terra retirada.” Rennó explica também o fato de a principal escola da Estrutural estar interditada. Ele diz que ela foi assentada sobre uma vala mais profunda, de onde se retiravam areia e cascalho para construção e que foi coberta de lixo e aterrada. A fermentação do lixo acabou produzindo gás metano, que vazou e começou a intoxicar as crianças.

A população da Estrutural é bem pobre. Segundo dados do Codeplan de 2013,



Vitorino: mais que um grande comprador, também um industrial da reciclagem

a renda em 82% dos domicílios fica entre um e cinco salários mínimos e os que têm entre dez e 20 salários mínimos não chegam a 1%. É certo também que o Lixão dá dinheiro. Na Estrutural moram alguns comerciantes desse negócio. Alguns já foram catadores, como o goiano Edipaulo Leonaldo, 37 anos, oito como catador no alto do Lixão e há 11 como comprador e vendedor no pátio mais baixo, onde ficam as prensas para compactar os materiais e formar a carga de caminhões e carretas a serem despachadas para clientes da indústria. Paulinho, como é conhecido, tem seis prensas, opera com uma e aluga cinco para outros compradores. Tem imóveis na Estrutural. Outro é Ricardo Gomes, 45 anos, dez como catador. É comprador desde que sofreu uma queda de moto e fraturou o braço em três lugares. Também mora na Estrutural, com a mulher e um filho de 18 anos. Gomes acha que o negócio está meio devagar: ele comprava cerca de mil begues de PET por semana e o movimento caiu agora para 700 begues. Paga por semana aos catadores: uns tiram 250 reais; outros, até 500. Aponta uma mulher, Neiva, que, diz ele, “é o bicho”: trabalha muito e sempre leva seus 500 reais semanais para casa. Outro comerciante que mora na Estrutural é Mesac Vidal, 41 anos, que foi catador por 15 anos e hoje dirige os trabalhos do maior comprador no Lixão. Mesac compra, seis dias por semana, de 150 a 200 catadores do alto do Lixão. No pátio mais baixo, onde o repórter o entrevista, cerca de 30 pessoas trabalham sob seu comando. Elas fazem uma limpeza prévia dos materiais comprados e, numa

esteira pesada, grande, preparam o material selecionado para entrar numa prensa, a maior do pátio. Mesac é uma espécie de administrador para Celso Dalcin, um gaúcho de 53 anos, gestor ambiental, morador do Guará, núcleo urbano do DF ao sul do Lixão. Dalcin vende de 30 a 40 toneladas de material reciclado por semana, de um modo geral para o sul do País. Diz ao repórter que muitos querem chamá-lo de atravessador, mas ele é parte da cadeia produtiva e isso precisa ser reconhecido. É verdade, visto que se trata de uma cadeia com elos fortes e fracos.

O negócio do lixo não ocorre apenas no Lixão. Fora dele, embora em instalações situadas perto da Estrutural e amplamente reconhecido como empresário, está Jair Vitorino, 50 anos, paranaense, dono da Capital Recicláveis. Além de ser figura destacada no comércio de recicláveis, ele já é também um industrial do setor: a partir das sedas, as sacolas de plásticos finos que compra, ele fabrica *pelets*, bolinhas de plástico usadas pelas indústrias que fabricam lonas, sacos de lixo e sacolas. Começou com 200 toneladas por mês e espera chegar logo a 500, que é a capacidade de produção de suas máquinas. Mas ele compra e vende, principalmente, papel branco e papelão recicláveis, em grande quantidade: 8 mil toneladas por mês, 20 a 30 carretas de 12 toneladas por dia.

Vitorino tem 370 funcionários em três instalações, a maior delas na RA 25, onde tem a fabricação de *pelets* e onde fica sua maquinaria pesada para o tratamento do papel e do papelão, com capacidade para 40 toneladas por hora, que comprou na

Itália dois meses atrás. Com outra empresa, à qual está associado, faz também o trabalho de destinação final do lixo de metade dos súper e hipermercados de Brasília. Como se sabe, esses estabelecimentos têm de descartar periodicamente todos os produtos orgânicos destinados ao consumo humano cujos prazos de validade oficiais estejam vencidos. A empresa citada se encarrega de executar essa operação.

Até junho, esses materiais eram descartados num pátio do Lixão. Havia um grande interesse de grupos de catadores por esses produtos. De crianças interessadas em “danoninhos”, mesmo que vencidos, a gangues que se preparavam para assaltar determinadas cargas para revender como produtos novos nas feiras do DF. Todos se mobilizavam para a operação de reciclagem dos “carrefas”, termo derivado de Carrefour, a rede francesa de supermercados. O fim dessas operações no Lixão, em junho deste ano, foi a primeira das ações da nova administração do SLU que geraram revolta entre catadores (embora Vitorino, por exemplo, a tenha considerado, a despeito dos prejuízos causados à sua empresa, uma prova da determinação dos novos administradores).

É preciso falar ainda do grau de organização dos catadores no DF. O governo federal, a partir das administrações do PT, reforçou as leis ambientais brasileiras com o propósito de valorizar a reciclagem e, nesse particular, valorizar o papel dos catadores. Com esse mesmo objetivo, dentro do GDF havia, no início, a proposta de trabalhar para implementar integralmente, ao final dos quatro anos de mandato, a coleta seletiva no DF, hoje feita – aliás, malfeita – por quatro empresas privadas. Os catadores estariam em condições de assumir essa tarefa?

A partir de visitas feitas a dez das 34 associações catalogadas no SLU e de cerca de 90 entrevistas realizadas sobre os problemas do Lixão e de seu fechamento, na maioria com catadores e dirigentes de associações de catadores, a reportagem de RB pôde concluir que:

- Uma parte da coleta seletiva do DF é feita por não catadores. O caso mais típico é o das latinhas de alumínio usadas como embalagens de cerveja e refrigerantes. No Lixão de Brasília, por exemplo, não se veem compradores maiores nesse comércio. Isso porque em Brasília, como no resto do País, a maioria delas é colhida antes da chegada dos caminhões de ►

coleta de lixo. Segundo dados da Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade, em 2012, das 272,8 mil toneladas dessas latinhas lançadas no mercado, 267,1 mil toneladas foram recicladas, ou seja, 97,9% – índice que mantém o Brasil, segundo a associação, como o líder mundial desse tipo de reciclagem desde 2001. Como o preço do quilo de latinhas de alumínio vazias é alto para o nível de preço dos materiais tirados do lixo, na cadeia do seu comércio entram muitas pessoas, algumas com nível de renda bem superior ao dos catadores, como administradores de bares e restaurantes e outros. Isso não parece um mal. A separação de materiais recicláveis e seu aproveitamento econômico devem envolver um esforço mais amplo e não podem ser vistos como um monopólio das cooperativas de catadores.

- A coleta seletiva de lixo é feita por muitos catadores não associados a cooperativas. Um exemplo de catadores independentes de Brasília está no Noroeste, uma área nova de construções de padrão alto, dentro do Plano Piloto, perto do Lago Norte e das piscinas da Água Mineral. O repórter foi levado por João Santos, mineiro, 48 anos, que conduzia uma carroça de coleta de lixo, até o acampamento onde morava. Com ele, estava mais meia dúzia de famílias, a maioria do Ceará, escondidas no cerrado ainda abundante perto da área urbanizada. Eles coletam, com carroças como a de João, no Cruzeiro, outra região administrativa do DF, mais ao sul, mais populosa e onde os moradores não fecham com cadeado os contêineres de lixo, como os do Noroeste. Vendem o que conseguem para intermediários, dos quais citaram três que compravam para a Capital Recicláveis.

- De modo geral, o movimento das associações de catadores do DF está desestruturado. É a impressão do repórter e a conclusão de alguns entrevistados que acompanham esse movimento há bastante tempo. Poucas cooperativas têm práticas realmente cooperativistas, como reuniões periódicas para o exame e a distribuição dos resultados segundo o trabalho de cada um e para o controle dos administradores. Muitas são dirigidas por chefes que se consideram donos do movimento e usam os bens da cooperativa – como os caminhões, de um modo geral obtidos de doações de órgãos federais – como se fossem deles próprios. Mas, para quem apoia o movimento de catadores e

busca aprimorá-lo, é preciso destacar as exceções. Quatro delas:

1. A Aporc, Associação Pré-Cooperativista de Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Ceilândia, com 115 associados. O trabalho de reciclagem é feito em esteiras rolantes na usina de compostagem do SLU da área de Ceilândia, conhecida como P Sul. A associação ocupa uma casa do SLU em frente à usina. Faz eleições regularmente a cada dois anos. Todos os dirigentes são também catadores. A organização, somada ao apoio do SLU, que participa oferecendo o prédio para a sede, o espaço interno e o funcionamento da esteira, faz com que a renda média dos associados seja relativamente alta. No mês anterior à visita do repórter, em junho, descontada a contribuição de 5% para a manutenção da associação, cada catador recebeu, em média, 1.724,80 reais – por, em média, 140 horas de trabalho; portanto, 12,32 reais por hora.

2. A Recicle a Vida, de Ceilândia, com 68 associados, caminhão, prensa e esteira para seleção do lixo. Funciona num antigo ginásio de esportes do governo local. É dirigida por Mônica Mendes, ex-funcionária administrativa de Guilherme Hannud, um empresário local, hoje falido, com trabalhos de poda de grama para o GDF e que se tornou parceiro de um grupo de carroceiros catadores e acabou financiando a criação da Associação de Catadores do Projeto Limpeza a Galope do DF, embrião da associação atual. Mônica não é catadora; na prática, é administradora da cooperativa. É bem relacionada com os organismos federais que apoiam os catadores, o que, no caso, ajuda. Mônica mantém as contas da associação abertas e sob controle. Além disso, tem iniciativa: sua cooperativa é pioneira, no DF, da coleta de isopor, material muito leve, de pouco valor, mas que, esvaziado do pentano, o gás que contém, transforma-se em matéria-prima para a fabricação de molduras, concreto leve e solados plásticos. A Recicle a Vida adquiriu uma máquina que faz essa transformação e já está produzindo três toneladas mensais desse material, que tem procura e bom preço.

3. A Cooperdife (Cooperativa de Reciclagem do Distrito Federal), com 36 associados, uma esteira, prensa e caminhão, funciona em Sobradinho, uma das cidades-satélite, ao norte do Plano Piloto, numa tenda montada pelo SLU de frente para um pátio circular de cerca de

60 metros de diâmetro onde é feito um transbordo de lixo. Por dia, a esse pátio chegam um caminhão de lixo vindo da coleta seletiva e cerca de 12 a 15 da coleta comum. Assim como na coleta feita no alto do Lixão, o material depositado no pátio fica ali um tempo, não muito longo, durante o qual é feita a coleta pelo pessoal das cooperativas (há outra tenda, também de frente para o mesmo pátio, da Cooperativa Planalto, com 45 associados). Depois desse tempo, o lixo é empurrado para uma saída sob a qual se colocam carretas que vão recolher os rejeitos e levá-los para enterramento no Lixão. O presidente da Cooperdife é Gilmar da Silva. Quando menor, Silva trabalhou sete anos no Lixão. Depois da maioria ficou no Exército por nove anos, onde aprendeu tarefas básicas de administração. Na cooperativa, montou um esquema rigoroso de pagamentos por tarefa realizada e por função. Ele, por exemplo, é administrador e ganha 500 reais por semana para negociar as vendas da cooperativa e cuidar da contabilidade e da supervisão das tarefas dos outros. O trabalho é dividido em duas fases. Na primeira, ao ar livre, é feita uma coleta de todo o tipo de material negociado pela cooperativa, e o pagamento de cada participante dessa fase é pela quantidade de begues produzidos. Na segunda, sob a tenda, sobre uma esteira, é feita a seleção por tipo de material, e o pagamento também é pela quantidade de begues selecionados. Há também pagamentos por material prensado e enfardado. Ao contrário de muitos dirigentes de cooperativa, Silva não compra e ganha comissão pela venda de certos tipos de materiais, como metais ferrosos, cobre, latinhas de alumínio. Na Cooperdife, esses produtos são considerados sobras. O resultado da venda deles é repartido por todos os cooperados em proporção ao tempo em que trabalharam no mês. No momento, diz Silva ao repórter, fechou um contrato com a Gerdau para entregar à siderúrgica 90 toneladas de metais ferrosos a 40 centavos por quilo, o que dará uma receita a mais para a cooperativa de 36 mil reais, ou mil reais para cada cooperado. Para ganhar um pouco mais, Silva, fora do expediente, faz também outras tarefas, como seleção, prensagem e enfardamento. Ele não considera que sua gestão seja muito democrática: mostra ao repórter o livro-caixa da cooperativa, aberto a todos e que fica sobre a mesa de um canto da tenda



A “audiência do não à PPP”, com a bandeira do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis: papel essencial na resistência

que serve de escritório. “Isso fica aí, mas ninguém vem ver e discutir comigo”, diz.

4. A Sonho de Liberdade, que trabalha com sobras de madeira e de cimento da construção civil, tem 80 associados, uma espécie de restaurante e bar, dois cômodos menores onde trabalham artesãos em madeira e um galpão maior para produção de guias de sarjeta, com cimento de sobras de caminhões de concretagem. É formada por egressos do sistema prisional, por aqueles que muitos consideram “o lixo da sociedade”, como diz Fernando de Figueiredo. Ele tem 43 anos e idealizou a cooperativa ainda como interno do presídio da Papuda, no DF, dentro do projeto Pintando a Liberdade, do Ministério do Esporte. Inicialmente, fazia bolas artesanais. Figueiredo leva o repórter para conhecer as instalações, que ocupam uma área de cerrado atrás da Capital Recicláveis e nas proximidades da qual há uma fileira de casebres. “É uma invasão”, ele reconhece. “Mas, se a polícia vier tirar, eu vou protestar. Vou exigir que retirem primeiro os grandes invasores das margens do Paranoá”, ele diz, valente.

## 6. O DESVIO DO GOVERNO AGNELO QUEIROZ

Talvez a mais importante luta política da qual os catadores de Brasília fizeram parte foi a de 2012 contra um projeto de 11,7 bilhões de reais, apresentado pelo então governador Agnelo Queiroz, do PT, que visava contratar uma PPP, conhecida depois como a PPP do Lixo, para a gestão de todos os serviços de limpeza urbana do DF. Essa luta mobilizou muitos outros grupos sociais, além dos catadores: ambientalistas, engenheiros sanitaristas, lideranças sociais de outras áreas e políticos destacados da região, como Rollemberg, então senador e hoje governador do DF. Quando examinava a documentação do setor jurídico do SLU com as decisões da Justiça para o fechamento do Lixão da Estrutural e as contestações do órgão a elas, o repórter se surpreendeu ao encontrar, entre essas contestações, um decreto do governador Agnelo Queiroz do final de seu primeiro ano de mandato, no qual apontava, para a gestão do lixo do DF, uma proposta totalmente diferente da delineada pela PPP. Trata-se do Decreto 33.445, de 23 de dezembro de 2011, pu-

blicado no Diário Oficial da administração três dias depois, que aprovava o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão de Resíduos Sólidos (sic) no Distrito Federal. A surpresa do repórter foi perceber que esse plano era notavelmente similar ao plano que está sendo desenvolvido pela direção do SLU agora – e não se fazia qualquer alusão a uma PPP. Em sua introdução, o decreto dizia que a política de resíduos sólidos em vigor no SLU traduzia “o histórico desmonte da [sua] estrutura de gerenciamento”, a “terceirização excessiva” e o “sucateamento das estações de transbordo, de tratamento e destinação final [do lixo]”. Dizia, por exemplo: “A capital do País convive, em pleno século XXI, com o atraso, dispondo ainda hoje seus resíduos de forma inadequada no Aterro do Jockey Club (Lixão da Estrutural)”. O decreto criava, também, como feito agora, um Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS/DF), para coordenar as ações necessárias para implementar uma nova política, e estabelecia, como hoje ainda, um cronograma de implantação ►

das medidas básicas propostas, entre elas o ASO e a seleção de centros de triagem e de cooperativas para participação na coleta seletiva do lixo. Estabelecia também, destaque-se, “o encerramento da operação de aterramento na Estrutural”, ou seja, o fechamento do Lixão, a ocorrer, no caso, oito meses depois, em agosto de 2012.

O que fez o governo Agnelo Queiroz mudar de ideia e apresentar, no segundo semestre de 2012, a proposta da PPP? Foram feitas várias conjecturas na época, como lembrou em artigo o jornalista Antônio Carlos Queiroz. O governo federal, cujos recursos começavam a escassear, passou a defender, em tese, as PPPs, que seriam a forma de fazer investimentos para uso público com capital privado. O governador foi à Alemanha em julho e assinou um convênio com a Steag, uma empresa especializada em aproveitamento de resíduos sólidos para geração térmica de energia. O presidente da Adasa, Vinicius Benevides, afirmou na ocasião que “o protocolo assinado [pelo governador, com a Steag] é de grande importância para o tratamento dos resíduos sólidos do futuro aterro sanitário que iremos construir, pois poderemos contar com a experiência técnica mais avançada do mundo”. E mais: logo em seguida apareceu a proposta da Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) para uma PPP dos já citados 11,7 bilhões de reais. Curiosamente, foi Paulo Celso Reis – hoje diretor técnico e um dos braços direitos de Kátia no SLU, engenheiro, professor da Universidade de Brasília – a primeira pessoa a torpedear, de dentro do próprio GDF, a proposta. Ele contou a história ao repórter de RB. Tinha sido o autor do decreto de Queiroz de dezembro de 2011. Foi o primeiro a receber a proposta da CPD. “Tinha 70 páginas, sendo cerca de 30 a reprodução de trecho de um manual da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os números vinham não se sabe de onde. Por exemplo: eram previstos algo como 2 mil contêineres para o DF. ‘De onde vocês tiraram esse número?’, eu perguntava. Então eles foram fazendo novas versões da proposta e mudando os números. Os contêineres passaram de 2 mil para 3 mil, 4 mil, chegaram a 7 mil. A certa altura, o sujeito que apresentava as propostas se alterou com o que lhe pareceu minha mania de saber de onde vinham os números. ‘Você agora virou numerólogo?’, ele me disse.”

“Eu não sou contra PPPs, por princípio”, explica Reis ao repórter. “Mas elas são

para investimentos iniciais pesados, para os quais o Estado não dispõe de recursos. Para uma reforma como a da usina de Ceilândia, que já tem quase 50 anos, com investimento pesado, estimado em 400 milhões de reais, tudo bem. Mas veja nosso orçamento”, ele diz, mostrando o relatório anual de despesas do SLU de 2014. “Numa despesa mensal entre 16 milhões e 20 milhões de reais, metade é para varrição das ruas. Por que é preciso uma PPP para isso? Para comprar vassouras?”

Reis começou, então, a passar as informações técnicas da PPP e suas contestações para o movimento de oposição ao projeto, que logo se consolidou entre vários grupos sociais. O principal articulador da frente de oposição à proposta da PPP foi o engenheiro sanitário Marcos Montenegro, então regulador concursado da Adasa e presidente da seção DF da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Dessa frente participaram ativamente o Sindicato dos Eletricitários, que cedeu o auditório para as reuniões semanais do grupo, os líderes da CentCoop, militantes da Rede de Marina Silva, o movimento Viva Brasília, assessores do deputado distrital Joe Valle (então no PDT), da deputada federal Érika Kokay (PT), do senador Cristovam Buarque e do

então senador Rodrigo Rollemberg (PSB), além de duas dezenas de engenheiros sanitaristas, jornalistas, advogados e militantes ambientalistas

Os catadores foram a massa que agitou as discussões. O governo, que por lei tinha de abrir uma consulta pública para discutir a PPP, convocou uma primeira para 10 de outubro, numa sala do Teatro Nacional, com lugares para 70 pessoas. Em ônibus fretados, apareceram mil catadores, que invadiram o local e fizeram com que a audiência fosse cancelada. A seguir, eles fecharam o Lixão por dez dias, numa espécie de greve da qual só saíram com um protocolo assinado pelo governo garantindo que não haveria incineração do lixo e que os centros de triagem com a participação de suas cooperativas seriam instalados. No dia 12 de novembro, na Esplanada dos Ministérios, no grande auditório do Museu Nacional da República, com a presença de cerca de mil catadores e discursos de representantes de vários movimentos, foi feita uma audiência pública na qual foi aprovado simbolicamente um “não” à PPP do lixo. O governador não a cancelou; ela submergiu, ficou vagando por repartições do DF até o início deste ano, quando o governo Rollemberg decretou, finalmente, a sua extinção.

## 7. UMA EQUIPE E UMA PROPOSTA

Quando este texto estava sendo concluído, em meados do mês passado, o serviço de limpeza urbana do Distrito Federal, há anos tido como uma repartição sucateada, tinha uma equipe e uma proposta para começar a resolver os problemas básicos do tratamento dos resíduos sólidos da região, incluindo o mais gritante deles, o da existência do Lixão. Quando Kátia assumiu o comando do SLU, no início do ano, a repartição funcionava basicamente com mão de obra terceirizada: 4,2 mil, num total de 6 mil trabalhadores. Dos cerca de 1,8 mil registrados na própria instituição, aproximadamente mil eram cedidos a outras repartições. Dos restantes 750 funcionários efetivamente sob comando da direção do SLU, a despeito de as tarefas básicas do órgão serem as de planejar, contratar e fiscalizar, apenas quatro eram engenheiros, diz Silvano Silverio, hoje seu diretor adjunto.

O GDF, como se sabe, está endividado e a solução para formar uma equipe de direção qualificada foi cortar

remunerações por função e aproveitá-las para remanejamentos e contratações novas. No alto-comando do SLU hoje estão, além de Silvério, Kátia e Reis, este já apresentado no bloco anterior. Kátia é engenheira especializada em saneamento básico e desenvolvimento sustentável. Foi superintendente dos serviços de limpeza urbana de Belo Horizonte e, com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, na sigla em inglês), comandou uma mobilização nacional que resultou no Fórum Nacional Lixo e Cidadania e numa grande campanha, sob o lema de “Criança no lixo nunca mais”, que podem ser considerados trabalhos precursores da ação do governo para criar instrumentos e uma legislação especial para a inclusão social dos catadores. Silvério é engenheiro civil, com mestrado em recursos hídricos e ambiente urbano. Recentemente, foi presidente da Autoridade Municipal da Limpeza Urbana da cidade de São Paulo e é considerado um dos maiores especialistas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto de 2010

pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que ele ajudou a construir a partir de sua experiência de vários anos de trabalho no Ministério do Meio Ambiente.

Além desse alto-comando, Kátia conseguiu, com o mesmo recurso de extinguir cargos e promover ou contratar mais profissionais, formar o que ela considera essencial para realizar o plano de colocar o tratamento de resíduos sólidos do DF dentro da lei: uma equipe. A seguir, definiu como prioridade o combate às atividades irregulares e ilegais no Lixão. Para isso, elaborou relatório detalhado desses problemas e das diversas áreas do governo responsáveis pelo seu enfrentamento. O governador a apoiou decididamente, com dois decretos. Por um deles, criou um grupo de trabalho composto por 17 órgãos da administração do DF para fazer e implementar um “Plano de Intervenção e Ordenamento de Atividades no Lixão do Jóquei”. Por outro, declarou situação de emergência na limpeza urbana no DF, o que permitiu ao SLU solicitar aos outros órgãos do governo pessoal técnico especializado e a aprovação em regime de urgência de todos os processos necessários à execução desse plano.

E já no início de agosto, o plano estava em pleno andamento. Ele se baseia em três pilares:

1. a contratação de todas as obras ainda necessárias para a implantação do Aterro Sanitário Oeste;

2. a criação de Instalações de Recuperação dos Resíduos (IRR) nas quais os catadores tenham as condições adequadas ao trabalho de manejo do lixo para a coleta seletiva; e

3. a revitalização do espaço ocupado pelo atual Lixão, de modo a que ele possa ser utilizado para as atividades de manejo dos resíduos da construção civil, para usinas de compostagem de resíduos orgânicos ou outras, compatíveis com a legislação ambiental.

O fechamento do Lixão para a “coleta seletiva” que se faz lá atualmente é a medida que terá maior impacto sobre a Cidade Estrutural e as associações de catadores, em especial seis delas, que hoje existem dentro do Lixão e alegam ter, somadas, 1.445 cooperados. Na assessoria da direção do SLU, há uma equipe com uma dúzia de pessoas – uma assistente social, uma arquiteta, uma socióloga e vários outros profissionais, além de estagiários de assistência social – que tem se dedicado a ouvir lideranças comuni-



Silvério, Kátia e Reis: no comando, com um plano e uma equipe

tárias e representações dos catadores, especialmente.

Para a última semana de agosto era prevista a posse do Conselho de Limpeza Urbana do DF, no qual os catadores e as comunidades estarão oficialmente representados. Mesmo assim, o descontentamento é visível.

O Lixão vem mudando desde que a nova administração do SLU tomou posse, e a reação dos dirigentes das associações que trabalham lá tem sido ruim.

No começo do ano, logo depois de duas mortes, uma a 2 de abril e outra a 23 de maio, o grupo de trabalho criado pelo governo para auxiliar o SLU na tarefa tomou algumas medidas para melhorar a segurança de suas operações. Uma foi a proibição do já citado “carrefa”, a disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados e shopping centers sem os cuidados de descaracterização necessários. A outra foi o reforço da cerca de seis fios de arame farpado, a abertura de uma vala em todo o perímetro do Lixão e a exigência de identificação para a entrada de catadores. A reação, especialmente a dos alocados no “carrefa”, foi um bloqueio de cinco dias na entrada de caminhões. A cerca também não constitui barreira suficiente. Isso foi constatado pelo repórter diante de uma quadra da Estrutural particularmente pobre, a chamada “antiga quadra 12”, que pelos planos da administração da cidade deveria ainda ser removida e fica ao lado do Lixão. Por três vezes em

agosto, nas visitas do repórter, dos seis fios da cerca, cinco tinham sido cortados, deixando aberta como que uma porta por onde os moradores podiam entrar de pé.

O ASO está previsto para entrar em operação, de forma parcial, na primeira semana de junho do ano que vem. As obras de acesso a ele e de preparação do terreno para as primeiras células nas quais será feito o aterramento tinham sido iniciadas no governo anterior, mas foram interrompidas no final do ano passado. Já no início de julho último, foram retomadas.

As obras de acesso, o cercamento da área e o plantio de uma barreira vegetal no seu entorno, assim como o sistema viário interno e de drenagem de toda a sua área, estão programados para terminar entre novembro deste ano e fevereiro do ano que vem. Para o aterro entrar em operação não é necessário ter todas as instalações administrativas concluídas. Também não é necessário que estejam concluídas todas as instalações para bombear o chorume de suas saídas previstas numa parte mais baixa do vale do Melchior para a parte mais alta, onde ficam as estações da Caesb que irão tratá-lo. É a operação mais complexa e está prevista para ser concluída no final da primeira quinzena de dezembro do ano que vem.

O chorume não se forma imediatamente – o que se acumular nos seis meses entre o início da operação do aterro e a conclusão das obras de instalação dos ►

equipamentos que permitirão o recalque será acumulado sem problemas. Além disso, para que o aterro funcione, é preciso deslocar uma escola, situada na área de 76 hectares do aterro. A rigor, como pôde ver o repórter, a escola está mais próxima das estações de tratamento de esgoto da Caesb e dela pode-se ouvir o barulho dos aeradores de um de seus tanques. É uma operação que custará 4,4 milhões de reais, pelo plano feito. E, segundo a direção do SLU, não apresenta problemas. Por acordo com a Secretaria da Educação do DF, a transferência pode ser feita nas férias escolares de junho de 2016, pouco antes do início previsto da operação do aterro.

Todas essas cinco operações têm um custo previsto de 32 milhões de reais. Os custos maiores do aterro são operacionais: o consórcio que ganhou a licitação para essa tarefa é formado por três empreiteiras – GAE, Construrban e DBO – e

receberá, para o enterramento de 8,13 milhões de toneladas de rejeitos do lixo do DF, em cinco anos, 82,7 milhões de reais, ou 16,5 milhões anuais. Estima-se que ele opere até perto do final de 2030.

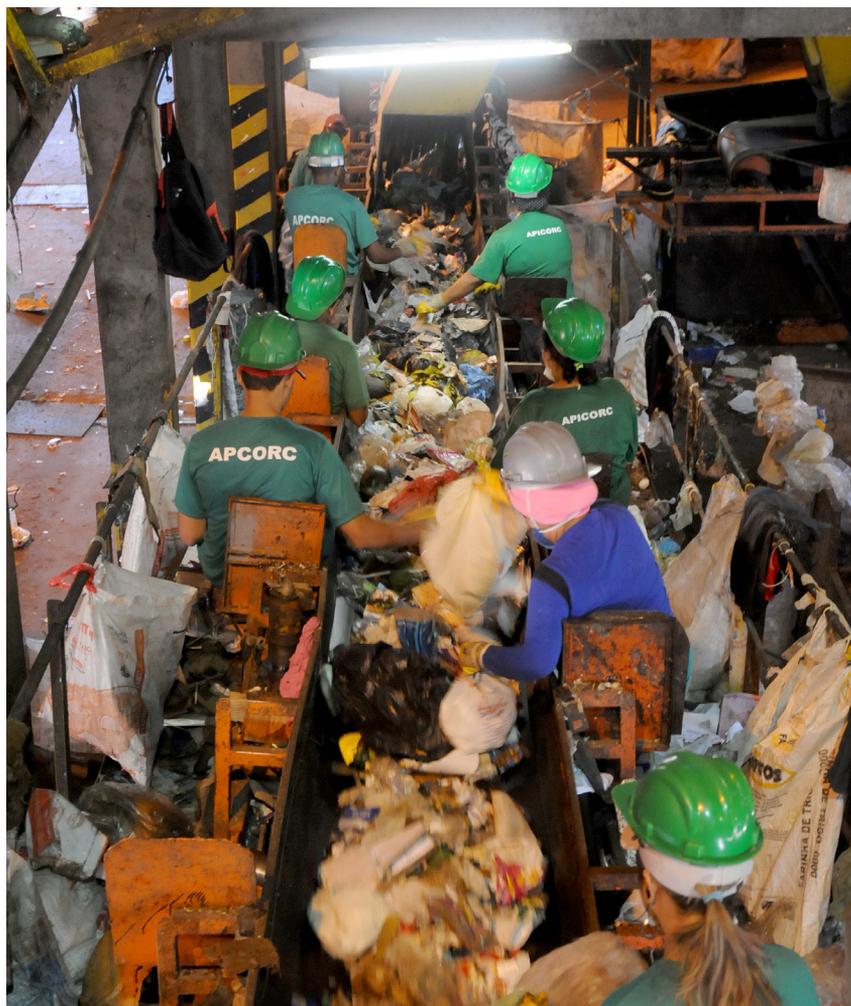
Por último, aquela que, no entender do repórter, não é a menor das tarefas: construir cinco instalações para que os catadores atuais sejam retirados das condições de horror sob as quais trabalham atualmente. Como diz o plano: construir cinco instalações de recuperação de resíduos (IRRs) para “proporcionar condições adequadas de trabalho aos catadores de materiais recicláveis, permitir maior eficiência do trabalho desenvolvido e incrementar a produtividade da coleta seletiva”. No plano, essas cinco IRRs custarão 22,4 milhões de reais e ficarão prontas, todas elas, no ano que vêm: duas no final de março, uma no começo de agosto e as duas últimas na segunda semana de outubro.

Qual o problema com essa terceira meta? Há uma grande distância entre a posição do SLU, materializada no seu plano, e a posição de parte da direção do movimento de catadores. Parte das divergências é ideológica. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), ao qual pertence a maioria das cooperativas de Brasília, tem como princípios a autogestão, a ação política direta, a independência de classe em relação a partidos políticos, governos e empresários e a solidariedade de classe, em vez do individualismo e da competição. Numa proposta apresentada ao então ministro Gilberto Carvalho, entregue ao governo no segundo semestre do ano passado, o movimento pedia apoio para um novo serviço público de limpeza urbana no qual todo esse processo – coleta, triagem, enfardamento, beneficiamento e industrialização dos materiais recicláveis – fosse “realizado pelos próprios catadores, de modo a distribuir riqueza, poder e o conhecimento gerados a partir dos resíduos”.

A proposta do SLU para as IRRs, no entanto, parte da avaliação de que as organizações de catadores – as de Brasília, pelo menos – estão longe de demonstrar que estariam em condições de assumir todas essas tarefas. E, com o propósito específico de garantir um prazo curto para o fim das atividades ilegais no Lixão, decidiu assumir a tarefa de equipar e administrar as cinco instalações de reaproveitamento de resíduos existentes que têm mais condições e custarão menos para ser colocadas em operação mais rápida. Duas estão bem próximas da Cidade Estrutural. São as que seriam as primeiras a ficar prontas, a um custo somado de cerca de 4 milhões de reais. Teriam capacidade para gerar 280 empregos cada uma. O repórter as visitou. Uma é a da Coopativa, um galpão sem paredes, apenas com algumas divisórias no fundo, para um banheiro e coqueiras para uns poucos cavalos. Hoje o galpão serve a 18 associados, mais como um depósito.

O vice-presidente, Edison Gomes, cearense, 53 anos, que anda com cuidado em virtude da gota que lhe incha as juntas de um pé, diz que o galpão é antigo, foi cedido à Coopativa na época de Maria Abadia, que era vice de Roriz e governou o DF no ano de 2006. Gomes sabe que a concessão está vencida. E parece não acreditar na reforma do galpão – diz que essa conversa é antiga. O outro galpão nas vizinhanças da Estrutural é da Cortrap, que tem 35 associados. Seu presidente, José

Um exemplo: catadores na esteira da usina do SLU, em Ceilândia



Carlos, baiano de Irecê, 26 anos, que não trabalha no local e parece animado com o plano do SLU de trazer equipamentos e mais gente para ocupar o espaço.

As outras três IRRs ficam em duas usinas e em um pátio do SLU. As da usina de Ceilândia, no P Sul, e a da usina no final da asa sul do Plano Piloto, próxima ao Paranoá, já têm um esqueleto de galpão pronto e cada uma criaria 408 postos de trabalho, em dois turnos. Atualmente, as cooperativas que as utilizam – Apcorc, Cataguar e Apcorb – têm, somadas, 258 associados. A do pátio da SLU na Asa Norte, atualmente cedido à Recicla Brasília e à Acapas, que têm, somadas, 60 associados, seria ampliada para ter 420 postos de trabalho.

A direção da Centcoop, a central de catadores de Brasília ligada ao MNCR, é contra o plano do SLU de criação das cinco IRRs, por seus princípios autonomistas e porque, como dizem seus dirigentes, ele seria uma forma de deixar de lado o plano antigo de construir 12 centros de triagem de materiais recicláveis a serem dirigidos pelas próprias organizações de catadores. Jaira Puppim, que é funcionária da Caixa Econômica Federal, mas hoje está emprestada ao SLU e trabalha como assessora da direção do órgão, conhece a longa história desse projeto, nascido e desenvolvido no governo Lula. Ele nasceu do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, se fortaleceu com a Política Nacional de Saneamento, que criou a possibilidade de o Estado contratar, sem licitação, cooperativas de trabalhadores para os trabalhos de reciclagem e teve seu apogeu com o Decreto 7.405 do presidente Lula, do Natal de 2010, que permitiu à Secretaria do Patrimônio da União entregar às cooperativas da capital federal três áreas, uma com oito hectares, perto da Estrutural, e outras duas, com quatro hectares cada, em Sobradinho, no norte de Brasília, e no Riacho Fundo, ao sul. A área do Riacho Fundo não se concretizou até agora, porque os moradores do lugar, que não queriam ver catador por perto, diz Jaira, se mobilizaram e conseguiram impedir o projeto. Nas áreas que sobraram foram projetados oito centros de triagem, cinco na área da Estrutural e três na de Sobradinho. Mais quatro foram projetados para terrenos do SLU, como se faz agora. Em setembro de 2013 foi assinado um acordo para financiar as construções de reciclagem a serem geridas pelos trabalhadores: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entraria com 20



## “O FECHAMENTO DO LIXÃO É PRIORIDADE ABSOLUTA”

Rodrigo Rollemberg, governador do DF, em entrevista a *Retrato do Brasil* no final do mês passado

**RB | Seu governo apresentou um plano para encerrar as atividades do Lixão da Estrutural no ano que vem. Como todos sabem, no entanto, o DF - e o Brasil, em geral - enfrenta graves dificuldades financeiras. O plano é para valer?**

**Rollemberg |** O plano tem prioridade absoluta. A existência do Lixão da Estrutural é uma vergonha para Brasília e para o Brasil. A equipe técnica que fez o plano é extremamente competente e eu não permitirei que ela sofra qualquer interferência política.

**RB | Em quase dois meses de andanças pelo DF, vimos que - ao contrário de São Paulo, por exemplo, onde os rios estão, quase todos, entubados e transformados em esgotos - aqui parece haver mais chance de se ter um ambiente mais limpo.**

**Rollemberg |** Em 2018, Brasília será sede do Fórum Mundial da Água. É uma oportunidade para que façamos até lá um grande movimento de conscientização sobre a questão ambiental envolvendo toda a população.

milhões de reais, e o GDF, com mais 20 milhões, de contrapartidas. A Fundação Banco do Brasil entrou com 2 milhões de reais, com os quais foram muradas as áreas cedidas pelo SPU. Quem vai para a Estrutural saindo pelo extremo oeste do Eixo Monumental, logo depois que toma a EPCL, vê, à direita, o cercado onde seriam construídos os cinco centros de triagem da área maior obtida pelos catadores.

Hoje, poucos na administração de Brasília acreditam na concretização desses 12 centros do movimento autônomo dos trabalhadores, pelo menos a curto prazo, e, principalmente, em função do alto nível de desestruturação desse movimento. O SLU tem uma administração mais pragmática. Quer resolver o problema do Lixão. Quer, com suas cinco IRRs, criar uma oportunidade de emprego para cerca de 1,8 mil catadores. Criou um critério para valorizar os que são mais disciplinados. Recebeu

das cooperativas, em 2013, uma lista com 2.765 catadores do Lixão. Fez uma tabela de presenças registradas em 2014:

|                  |       |      |
|------------------|-------|------|
| Acima de 20 dias | 10    | < 1% |
| de 10 a 19 dias  | 247   | 9%   |
| de 5 a 9 dias    | 326   | 12%  |
| de 1 a 4 dias    | 595   | 21%  |
| Sem presença     | 1.627 | 58%  |

O que esses números significam? O que é óbvio: que o trabalho no Lixão não é um emprego regular, disciplinado, para as centenas de pessoas que o frequentam. Em termos de condições de trabalho, o Lixão é, como já se disse, um horror. E, se pode ser fechado, em meados do ano que vem, e substituído por 1,8 mil empregos em condições de trabalho mais dignas, pode não ser muito para alguns, mas, com certeza, é um avanço. ■